

APRESENTAÇÃO

A iniciativa inédita da Câmara Municipal de Fortaleza de desenvolver o Projeto “Pacto por Fortaleza: A Fortaleza que Queremos até 2020” merece os aplausos de todos os cidadãos desta cidade.

Isto porque esta iniciativa demonstra a seriedade desta magna instituição no cumprimento de suas atribuições, ao chamar a sociedade local para debater e buscar soluções para os múltiplos e graves problemas desta cidade em que moramos e que amamos, em um processo que teve a orientação técnica de pesquisadores da UFC e a avaliação crítica de componentes das mais diversas organizações da sociedade fortalezense.

O objetivo maior de tal iniciativa é o de construir uma agenda de compromissos de estado, a ser, certamente, endossada pelas gestões municipais na próxima década, pelo caráter democrático e republicano com que foi concebida e operacionalizada.

Coube a cinco grupos de pesquisadores da UFC, como representantes da Academia, o desafio honroso de desenvolver o processo de auscultação da cidadania, quanto à sua percepção dos problemas setoriais urbanos, bem como a análise técnica das sugestões, colhidas de representantes das mais diversas organizações públicas, privadas e do terceiro setor da sociedade fortalezense, para viabilizar soluções efetivas para os problemas ora detectados da urbe.

Obviamente, um desafio de tal envergadura não pode ser enfrentado exitosamente atendo-se ao mero produto consubstanciado pelo Relatório Final do Projeto, que ora entregamos. O Relatório não é exaustivo, em termos de ações solucionadoras propostas, porque as cinco temáticas não abrangem toda a problemática urbana, senão de forma transversal, mas existiram contribuições, no Projeto, de representantes da sociedade civil de Fortaleza que buscaram abordar tópicos específicos envolvidos com os setores não enfatizados como educação, saúde e lazer.

No entanto, consideramos que setores como saúde e educação, por serem responsáveis pela vitalidade e pela formação dos valores humanos, constituem os alicerces maiores da cidadania e devem ser objetos de um pacto cotidiano e inquebrantável entre os cidadãos e os poderes públicos, nas suas três instâncias, em todas as cidades do país.

O Projeto “Pacto por Fortaleza” tem o mérito de abrir espaço para o aprofundamento e expansão temática do debate, podendo agregar novas contribuições de entidades da sociedade civil, de cidadãos interessados em fortalecer a cidadania e em construir uma cidade digna das futuras gerações que a habitarão.

Pois, se ainda não temos, queremos para nossos descendentes uma cidade sem exclusão social e produtiva, segura, limpa, eficiente no uso de seus recursos financeiros, mantenedora e expansiva de seus recursos naturais, geradora de emprego e renda para seus munícipes, e com um sistema de transporte provedor de boa acessibilidade aos locais de trabalho, estudo, saúde e lazer.

Para isso, é necessário resgatarmos os instrumentos institucionais e a ênfase no planejamento do Município, que nos permitirão antecipar os problemas e elaborar soluções para diversos horizontes e cenários, como já ocorre, de longa data, nas práxis das cidades mais desenvolvidas do planeta.

Constitui uma tragédia histórica o fato de que as urbes com marcante escassez de recursos financeiros no Mundo, como é o caso de Fortaleza, sejam as que apresentem altos custos de oportunidade de investimentos, por estes não se embasarem em processos efetivos de planejamento e gestão urbana.

Sabe-se que a rotina do planejamento efetivo obriga a transparência no trato da coisa pública, cria referenciais de cobrança, blinda o processo de alocação de investimentos a lobbies que se organizam predatoriamente, com o fim de se tornarem obesos comensais do escasso bolo de recursos municipais. Por isto, e mais do que nunca, o planejamento

deve, necessariamente, envolver intensamente a participação comunitária, tão comum hoje nas urbes de regiões desenvolvidas do Mundo.

Afinal, todo cidadão consciente (usando o pleonasmo para ser enfático), quer contribuir com sugestões e acompanhar o que é feito com os recursos que ele fornece compulsoriamente para o erário público, através dos impostos, que devem retornar em forma de bons serviços e de uma boa qualidade de vida na cidade em que vive.

O planejamento efetivo, além de fornecer elementos para a cobrança da gestão pública, exige a visão sistêmica da urbe e, por conseguinte, a contribuição de especialistas em inúmeras áreas do conhecimento bem como se embasa intensamente nas organizações comunitárias, que sentem cotidianamente o efeito nefasto dos problemas urbanos na qualidade de vida do cidadão.

Finalmente, apesar da magnitude do desafio de desenvolver, a contento, o Projeto “Pacto por Fortaleza”; do curto tempo que tivemos para enfrentar este desafio; de não termos tido recursos para agregar intensamente a contribuição do conjunto de grandes especialistas, dos quais Fortaleza é pródiga; sentimos que fizemos o melhor de nossos esforços e cumprimos com nosso dever ao iniciar, com o documento ora entregue à CMF, uma caminhada de experiência participativa sem volta nesta cidade.

OBJETIVOS DO ESTUDO

Objetivo Geral do Projeto

Realizar um diagnóstico da cidade de Fortaleza contemplando os problemas relativos à mobilidade urbana e do trânsito na cidade, o processo de coleta de resíduos urbanos, desigualdade socioeconômica e a vulnerabilidade socioambiental, a ocupação do espaço público e a violência e criminalidade, bem como a política de segurança pública circunscrita à cidade, com o objetivo de gerar subsídios para planos de intervenção

urbana com vistas à melhoria da qualidade de vida de seus habitantes e pensando a cidade em seu processo de expansão para os próximos dez anos.

Objetivos Específicos

i) Analisar as propostas de intervenções voltadas à Copa do Mundo de 2014, no âmbito do trânsito e transporte, visando à mobilidade e acessibilidade dos usuários dos transportes não-motorizados e a ordenação dos transportes de carga, bem como preparar um diagnóstico que embase ações a serem propostas com vistas a responder às reais necessidades de mobilidade da cidade (pessoas e cargas).

ii) Diagnosticar o sistema dos transportes não-motorizados e da carga urbana, com o intuito de reduzir os impactos negativos dessas atividades na mobilidade dos usuários do sistema de trânsito e transportes.

iii) Identificar os volumes produzidos de resíduos na cidade, passíveis de serem utilizados como insumo para a produção de energia.

iv) Identificar as cooperativas ou associações de catadores que coletam ou tem potencial para participar na coleta de resíduos para os fins propostos no item anterior.

v) Identificar equipamentos e processos no setor dos resíduos urbanos, com tecnologia já reconhecida nos mercados nacional e mundial, de forma a definir seus custos de aquisição, manutenção e operação.

vi) Analisar a viabilidade logística e econômica de implantar uma rede de produtores de resíduos urbanos para uso no setor de geração de energia, no âmbito do Município de Fortaleza, gerida por cooperativas ou associações de catadores em parceria com o poder público municipal, entidades privadas e do terceiro setor.

vii) Compreender e discutir a problemática e os impactos socioambientais do processo de ocupação da cidade, analisando a legislação urbana e ambiental disponível.

viii) Identificar e descrever usos, apropriações e conflitos vigentes no espaço público.

ix) Analisar o impacto das políticas de desenvolvimento econômico da Prefeitura de Fortaleza no combate à pobreza, à exclusão social e redução das desigualdades sociais.

x) Analisar, no âmbito da cidadania e dos direitos humanos, os paradoxos existentes na aplicação da lei e da ordem em um Estado Democrático de Direito.

xi) Compreender a problemática da violência relacionada à participação da população nas práticas inovadoras e na defesa da cidadania na construção de uma segurança cidadã.

xii) Compreender os sentimentos e as percepções de medo e insegurança da população.

xiii) Identificar e mapear as estratégias, institucionais e não-institucionais, de enfrentamento e prevenção da violência e redução de setores e áreas sociais mais vulneráveis as práticas conflituosas.

ixv) Analisar as transformações internas e externas da política de segurança pública, bem como as condições de trabalho dos profissionais deste setor.

xv) Desenvolver uma análise das taxas de criminalidade e violência em Fortaleza, buscando mapear as áreas mais vulneráveis aos delitos, como também os perfis das vítimas e dos agressores.

BREVE ANÁLISE DA CIDADE DE FORTALEZA

Fortaleza no ano 2000

Considerada a quinta cidade mais populosa do país, no ano de 2000, a população da cidade de Fortaleza chegava a 2.141.402 habitantes (28,82% da população cearense) e apresentava uma taxa de crescimento anual (1991 a 2000) de 2,1% a. a. Sua densidade demográfica era de 6.373,2 habitantes por km² e apresentava o maior IDH do Estado, de 0,786.

Devido a constantes períodos de seca e miséria no interior do Estado, a cidade de Fortaleza sofreu um elevado processo de migração em 2000. Estes migrantes possuíam um nível de escolaridade inferior ao da população residente gerando, portanto, uma diminuição no nível de renda *per capita* da população.

Houve, em consequência, um aumento no número de moradias precárias e um aumento da demanda por serviços públicos, sobrecarregando os já escassos recursos públicos disponíveis, gerando dificuldades para que a municipalidade pudesse assegurar níveis de qualidade de vida e de infra-estrutura urbana desejada pela população.

O PIB *per capita*, em 2000, foi de R\$4.515,00, sendo maior do que o PIB *per capita* do Ceará (R\$2.774,00) e apresentava apenas 43,32% dos trabalhadores detentores de empregos formais (349.045 trabalhadores). A população economicamente ativa era de 956.698 habitantes, dos quais constava uma renda média salarial de R\$594,60.

Todos os cinco distritos de Fortaleza apresentavam saneamento básico e abastecimento de água. Porém, ainda assim, apenas 87,2% da população urbana era atendida com serviço de esgoto, e apenas 44,47% da população era atendida por água.

O número da frota de veículos em Fortaleza era, em 2000, 353.620 veículos, sendo 68,05% deles automóveis. O processo de urbanização acelerada que vem ocorrendo na Região Metropolitana de Fortaleza, nas últimas décadas, desencadeou uma série de

problemas e carências de infraestrutura viária, apresentando uma forte concentração de viagens ao longo de vias que convergem para a área central e leste do município, correspondendo às áreas mais densas da região metropolitana e, conseqüentemente, as que concentram os principais problemas relacionados ao trânsito.

O controle precário e as falhas de legislação do uso do solo permitiram um processo de alto adensamento urbano na região leste da cidade, que ora se estende para o sudeste e centro sul da urbe. Isto tem trazido, como conseqüência, a invasão de áreas de risco e do patrimônio ambiental da cidade por segmentos de baixa renda, como estratégia de evitar custos de transporte para os locais de oportunidade de negócios, constituindo problema cada ano mais difícil de resolver pela magnitude da escala do processo.

Fortaleza no ano 2010

O Censo de 2010, divulgado pelo IBGE, estima uma população de 2.315.116 habitantes (28,30% da população cearense), apresentando uma densidade demográfica de, aproximadamente, 7.396,54 habitantes por km² e taxa de crescimento anual de 1,86% (no período de 2000 a 2010).

Em dezembro de 2009, contabilizou-se um número total de 640.836 veículos, totalizando 3,9 habitantes por veículo e 1.126,49 veículos por km². Em Agosto de 2010 o número de veículos já era de 683.464, sendo 410.842 automóveis.

Segundo o IBGE (PNAD, 2009) cerca de 97,1% da população é, atualmente, atendida por serviços de coleta de resíduos sólidos urbanos (RSU). No entanto, no que tange à cobertura urbana de esgotamento sanitário, pode-se observar que apenas cerca de 52% da população fortalezense é atendida.

No tocante à economia local, pode-se observar o crescimento do PIB para R\$ 24.474.012; do PIB *per capita* para R\$ 10.066,00, de acordo com pesquisas realizadas pelo Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE, 2010) e o IBGE, 2007.

Entre julho de 2009 e julho de 2010, a taxa de desemprego total diminuiu de 12,3% para 10,2% da população economicamente ativa, resultado das reduções do desemprego aberto (de 7,9% para 6,3%) e oculto (de 4,4% para 3,9%).

Nesse período, 81 mil pessoas se inseriram no mercado de trabalho na condição de ocupados, o que resultou na retração de 30 mil desempregados. A população economicamente ativa foi acrescida de 51 mil indivíduos, elevando a taxa de participação de 57,6% para 58,2%.